



**MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**  
**ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**Processo Administrativo** nº 8.607/2017 - Pregão Eletrônico 33/2017

**Parte:** Secretaria Municipal de Administração/Comissão de Pregão

**Assunto:** Recurso e contrarrecurso

Pregoeira e equipe de apoio

A Procuradoria Geral do Município, em atenção ao requerimento de V. Sa.(fls. 320), solicitando parecer acerca do recurso interposto pela empresa Palmira de Fátima Martins Ribeiro-ME(fl. 254/279) e contrarrecurso da empresa Árvore Ltda EPP (fls. 281/319), vem opinar na forma abaixo:

Relatório:

Inicialmente o recurso e contrarrecurso devem ser conhecidos, pois tempestivos.

Alega a empresa recorrente Palmira de Fátima Martins Ribeiro, em suma, que há divergência de nome nos atestados apresentados bem como o contrato social apresentado pela empresa Árvore Ltda estão contrários ao edital.

Já no seu contrarrecurso pugna a empresa Árvore Ltda pela manutenção de sua habilitação, uma vez que cumpriu com o disposto no edital.

Eis o sucinto relatório. Segue o parecer.

O edital deve ser cumprido pelas partes e pela Administração Pública, conforme art. 41 da Lei 8.666/93.

A recorrida apresentou um contrato social consolidado devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial como requisito habilitatório (fls. 194/206).

Consta que a empresa iniciou suas atividades em 10/03/2011, havendo alteração da razão social desde a sua fundação, o que, por si só, não o inabilita.

O pregoeiro deve cotejar o disposto no edital com o apresentado pelos licitantes.

Lado outro, o procedimento licitatório é formal, não sendo o edital de uma licitação um fim em si mesmo. O gestor público não pode se apegar ao "formalismo", que consiste no apego exagerado à forma, à formalidade, à disposição literal da lei ou do edital e excluir propostas que, potencialmente, representariam o melhor contrato para a Administração.

*André*



## MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

### ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

O Princípio da Razoabilidade deve ser sopesado pelo gestor público, para que se evitem situações nas quais o formalismo prepondere sobre o interesse público. É dizer que a licitação não se presta a verificar qual licitante possui maior habilidade para se adequar ao texto frio da lei ou do edital, mas sim se sua proposta é satisfatória e mais vantajosa para a Administração.

Nesse sentido, o Acórdão 1758/2003, do Plenário do TCU, cujo voto do ministro relator abaixo se delimita: "ressalto, preliminarmente, que o edital não constitui um fim em si mesmo. Trata-se de instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, que são assegurar a contratação da proposta mais vantajosa e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos precisos termos do art. 3º, caput, da Lei 8.666/93. Assim, a interpretação e aplicação das regras nele estabelecidas deve sempre ter por norte o atingimento das finalidades da licitação, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuem para esse desiderato".

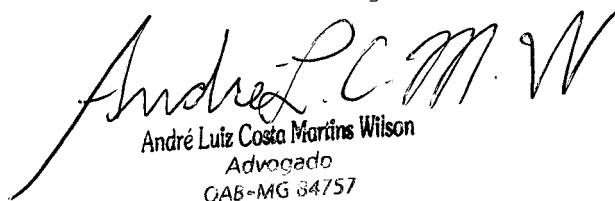
No mesmo trilhar, tem-se o Acórdão 1025/2003, também do Plenário daquela Corte de Contas, expondo que "A Administração não deve se ater a formalismos exagerados. Mas as formalidades só podem ser dispensadas se da decisão da Administração não resultar prejuízo ao interesse público". O Superior Tribunal de Justiça igualmente se manifestou a esse respeito, ao julgar o MS 5.418/DF, colocando que "o formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes"

Na decisão do TCU publicada no DOU de 9/12/92, pág 26.244 o Ministro Fernando Gonçalves manifestou-se nos seguintes termos: *"Esta, aliás, tem sido uma tendência moderna deste Tribunal: evitar as preocupações excessivas com formalidades e cuidar mais da correta aplicação dos recursos públicos, combatendo o desperdício e a corrupção"*. Outra Decisão do TCU, a 695/99, DOU de 8/11/99, pág 50 reforça ainda mais essa conduta, senão vejamos: *"O apego a formalismos exagerados e injustificados é uma manifestação perniciosa da burocracia que, além de não resolver apropriadamente problemas cotidianos, ainda causa dano ao erário, sob o manto da legalidade estrita. Esquece o Interesse Público e passa a conferir os pontos e vírgulas como se isso fosse o mais importante a fazer"*.

Por fim, sugere a AGM que o órgão técnico requisitante emita parecer conclusivo sobre os atestados apresentados pela empresa Árvore Ltda.

É, S.M.J., o parecer.

Patos de Minas - MG, 10 de julho de 2017.

  
André Luiz Costa Martins Wilson  
Advogado  
OAB-MG 34757